



CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL
PROFª VANDA LUCIA APARECIDA ALVES FIGUEIREDO
Rua Messias Henrique de oliveira, nº 55 -
CEP 86.200-000 Ibiporã – Paraná
cmei.cantinhofeliz@ibipora.pr.gov.br.
Telefone: (43) 3178 0283

PROJETO POLÍTICO PÉDAGÓGICO

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL
PROFESSORA VANDA LUCIA APARECIDA ALVES FIGUEIREDO
Rua Messias Henrique de oliveira, nº 55 -
CEP 86.200-000 Ibiporã – Paraná
cmei.cantinhofeliz@ibipora.pr.gov.br.
Telefone: (43) 3178 0283

*Projeto Político Pedagógico do
Centro Municipal de Educação Infantil
Professora Vanda Lucia Aparecida Alves
Figueiredo reflete a proposta educacional desta
Instituição de Ensino.*

IBIPORÃ – PR
2022

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. INTRODUÇÃO	06
2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	06
3. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.....	09
3.1 Símbolos Oficiais	09
3.2 Horários De Funcionamento	09
4. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	10
4.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	10
4.1.1 Caracterização de cada setor	10
4.2 ESTRUTURA PEDAGÓGICA	13
4.2.1 Ofertas de Ensino	13
4.3 FORMAS DE INGRESSO NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	14
4.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	16
4.5 ESPAÇO FÍSICO	16
4.5.1 Espaço físico e atividades pedagógicas	17
4.6. REGIME INTERNO	17
5. ANÁLISE DA REALIDADE ESCOLAR	20
6. FUNDAMENTOS POLÍTICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	20
6.1 CURRÍCULO E GESTÃO NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR	21
6.1.1 O trabalho como princípio educativo	23
6.1.2 O papel da escola e os sujeitos da educação	26
6.1.3 A estrutura disciplinar e a integração curricular	28
6.2 A QUESTÃO DO CONHECIMENTO NO ÂMBITO DA INCLUSÃO	30
6.2.1 Educação Inclusiva	33
6.3 CONCEPÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	36
6.4 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO	38
7. PROPOSIÇÃO DE AÇÕES – METAS	40
7.1 ELEVAR O DESEMPENHO ACADÊMICO DOS ESTUDANTES	40
7.2 APRIMORAR A REDE DE COMUNICAÇÃO E DE INFORMAÇÃO A TODA A COMUNIDADE ESCOLAR	42
7.3 REALIZAR UMA PRÁTICA EDUCATIVA FUNDAMENTADA NO	

DESENVOLVIMENTO DE VALORES NECESSÁRIOS À FORMAÇÃO HUMANA DOS SUJEITOS DO PROCESSO EDUCATIVA	42
7.4 ORGANIZAR O TRABALHO PEDAGÓGICO E ADMINISTRATIVO DA ESCOLA, DE FORMA A ESTABELECEM-SE ROTINAS CLARAS PARA TODOS OS SEGMENTOS QUE COMPÕEM A COMUNIDADE ESCOLAR ..	43
7.5 QUALIFICAR A ORGANIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ESCOLAR E HUMANO	44
7.6 AMPLIAR E QUALIFICAR O ACESSO E O DESEMPENHO NA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS NAS TAREFAS ORGANIZATIVAS DOCENTES E DISCENTES	44
7.7 DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA.....	45
8.REFERÊNCIAS.....	46
ANEXOS	47
ANEXO I	48
ANEXO II	50
ANEXO III	51
ANEXO IV	54
ANEXO V	55

APRESENTAÇÃO

O Projeto de Política Pedagógica, do Centro Municipal Professora Vanda Lucia Aparecida Alves Figueiredo, é a principal ferramenta para o planejamento da avaliação educacional, essencial para um atendimento de qualidade, o documento a partir da participação efetiva das pessoas que fazem parte dessa comunidade escolar, deve considerar um processo de construção democrática, capaz de envolver a comunidade escolar, a partir da realidade de um plano que represente suas necessidades.

Compreender que o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), é um espaço de produção de conhecimento, onde o educador mediará as reflexões e contextualizações dos conteúdos, através dos conhecimentos adquiridos, o aluno terá a possibilidade de ser um cidadão consciente e transformar a sua realidade lutando por uma sociedade mais justa, com igualdade e menos exclusão.

Ao se apresentar este documento, não se pretende esgotar sua discussão, podendo ser revisto sempre que houver necessidade, pois, este é um documento de possíveis alterações por ser dinâmico e flexível.

1. INTRODUÇÃO

O presente Projeto Político Pedagógico, do Centro Municipal de Educação infantil Professora Vanda Aparecida Alves Figueiredo, situado na Rua Messias Henrique Oliveira, 55, no Conjunto José Peres de Godoy, em Ibiporã. Atende toda a região da Vila Ype, Jardim Alvorada, Vila progresso e Conjunto Zanoni.

O Centro Municipal de Educação infantil Professora Vanda Aparecida Alves Figueiredo tendo como entidade mantenedora a Prefeitura do Município de Ibiporã é o documento norteador dos processos pedagógicos e administrativos que contribui para o estabelecimento e cumprimento de metas, expectativas e objetivos propostos na efetivação da formação dos estudantes.

2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.

Centro Municipal de Educação Infantil Professora Vanda Aparecida Alves Figueiredo antes de ser chamado assim se chamava Centro “Cantinho Feliz”, situado na Rua Messias Henrique Oliveira, 55, no Conjunto José Peres de Godoy, em Ibiporã. Foi inaugurada no dia 12 de fevereiro de 1984, na gestão do Prefeito Municipal Senhor Daniel Antônio Pelisson, para atender a educação infantil de 0 (zero) a 6 (seis) anos.

As atividades desenvolvidas foram iniciadas a partir do dia 14 de fevereiro de 1984. Em 1992, durante a gestão do prefeito Municipal Senhor José Maria Ferreira, houve a ampliação do Centro. Atualmente, o centro, que é mantido pela Prefeitura Municipal de Ibiporã, atende crianças, de 4 meses a 6 anos, sendo que estas encontram divididas entre o Berçário I e II, Maternal, Pré I e Pré II.

Inicialmente o Centro Municipal foi Coordenado pela Senhora Neusa de Jesus Fernandes Alves (1984 á 19885), dando sequência ao processo administrativo as seguintes coordenadoras:

- Isaura dos Santos Milani (1985 a 1987);
- Maria Vera Lúcia Andrioli (1987 a 2004);
- Matilde Santos da Silva (2005 a 2017).

Atendendo os pressupostos do Plano Decenal e da Lei 9394/96, a Prefeitura Municipal de Ibiporã, transformou a ante creche em Centro Municipal de Educação Infantil, através do Decreto Municipal 405/2006 dando vassão a ampliação qualitativa desta Modalidade de Ensino, passando a mesma a ser administrada pela Secretaria Municipal de Educação.

Até o ano de 2007, a instituição nunca havia tido uma diretora oriunda do processo eletivo. No Mês de junho do mesmo ano, foi realizada a eleição, sendo eleita a Senhora Matilde Santos da Silva. Ainda no ano de 2007, o Centro de Educação Infantil recebeu através da Resolução no 011/2007.

Há de se confiar nas possibilidades de que todas as crianças têm que se desenvolver e aprender promovendo a construção de valores, propondo atividades no sentido real e desafiando, sendo significativas e satisfatórias. Percebe-se que a comunidade hoje tem consciência que o papel da Instituição não é apenas cuidar, mas sim “propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitem o acesso ao saber elaborado, bem como o próprio cesso aos rudimentos desse saber” (SAVIANI, 2000, P.5)

O Projeto Político Pedagógico de 2006 era embasado na teoria sócio interacionista, na qual o papel do professor era de mediar o processo educacional e a avaliação na Educação Infantil deveria ter características diagnósticas e de acompanhamento de processo contínuo que objetivava a analisar a forma como a criança elaborava o seu conhecimento.

Tendo em vista a mudança de administração e conseqüentemente, a aprovação do parecer 02/2009 do Conselho Municipal de Educação, houve a mudança de perspectiva pedagógica, adotando-se a Pedagogia Histórico – Crítica alcançaremos índices iguais ou maiores nos próximos anos, com esta proposta é fundamental considerar que os agentes sociais presentes na relação de ensino – aprendizagem são sujeitos inseridos e determinados socialmente, ou seja, professor e aluno estão inseridos numa mesma prática social global, embora, ocupem, relativamente ao processo pedagógico, funções diferenciadas. A compreensão do processo do professor, por suposto, deve ser mais articulada que a do aluno, isto é, ele deter uma leitura mais orgânica da pratica social, em que o professor e o aluno estão inseridos. No entanto, esta compreensão do professor não está acabada e pronta, pois ele continua a ser

desafiado por conhecimentos e experiências novas, inclusive aquelas ligadas ao ensino.

O que a Pedagogia Histórico - Crítica auxilia o trabalho na Educação Infantil:

- Perspectiva não assistencialista;
- Preocupação com conteúdo historicamente construídos;
- A concepção da escola como ambiente no qual todas as classes sociais possuem o mesmo tipo de conhecimento.

No ano de 2016 o Decreto nº 346, de 16 de setembro de 2016 altera o decreto nº 402, de 21 de novembro de 2006, que dispõe sobre a criação do Centro Municipal de Educação Infantil Cantinho Feliz. Decreta:

O decreto nº 402, de 21 de novembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art.1º Fica criado o Centro Municipal de Educação Infantil Professora Vanda Lucia Aparecida Alves Figueiredo, para funcionamento. O Centro recebe esse nome como forma de homenagear a Professora Vanda Lucia Aparecida Alves Figueiredo.

A partir do ano de 2018 foram indicadas a direção:

- Rosangela Maria Possidonio Pereira (2018 – 2019)
- Neusa Aparecida de Brito Cogo Ferreira (2020)

Em 2021 a diretora passou a ser a senhora Nathalia Luz Furrier Araujo tendo como coordenadora Juliana Gomes Alves, em 2022 a coordenação passa a ser substituída pela senhora Silmara do Rocio Machado Alberguine.

3. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

DENOMINAÇÃO COMPLETA DA INSTITUIÇÃO:

Centro Municipal de Educação Infantil Professora Vanda Lucia Aparecida Alves Figueiredo.

ENDEREÇO COMPLETO DA INTITUIÇÃO:

Rua Messias Henrique de oliveira, nº 55 – Conj. José Pires de Godoy CEP 86.200-000 / Ibiporã – PR.

TELEFONE:

(43) 3178-0282.

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

cmei.cantinhofeliz@ibipora.pr.gov.br.

NOMENCLATURA COMPLETA DA ENTIDADE MANTENEDORA:

Prefeitura do Município de Ibiporã.

3.1. SÍMBOLOS OFICIAIS



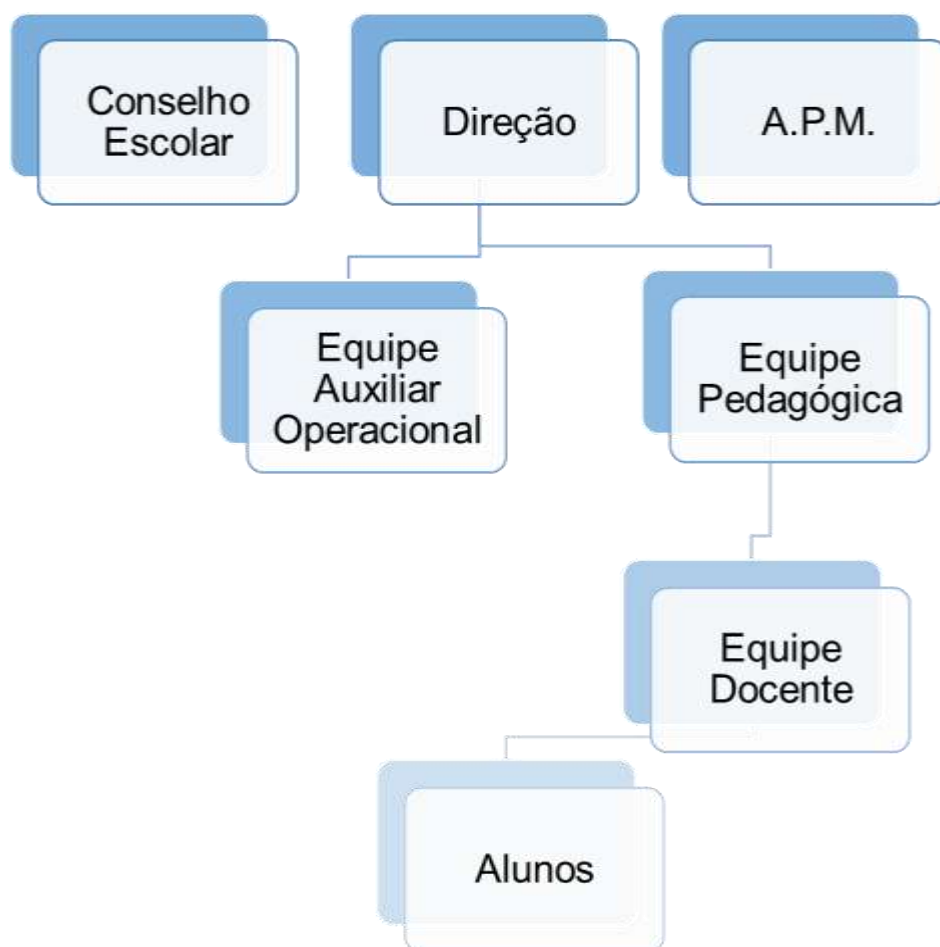
3.2. HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO

O Centro Municipal de Educação Infantil Professora Vanda Lucia Aparecida Alves Figueiredo oferece atendimento em regime de período integral, funcionando das 07h30 às 17h00, com o horário especial das 07h00 às 18h00 de acordo com o regimento da Unidade.

4. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

O Centro Municipal de Educação Infantil Professora Vanda Lucia Aparecida Alves Figueiredo é uma instituição cuja mantenedora é a Prefeitura Municipal de Ibiporã.

4.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



4.1.1. Caracterização de cada setor

De acordo com o Regimento do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Vanda Lucia Aparecida Alves Figueiredo, define-se os setores do organograma da seguinte maneira:

CONSELHO ESCOLAR

O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e fiscalizadora, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem lucrativo, e seus dirigentes e/ou conselheiros não são remunerados. Seu objetivo é o de avaliar e acompanhar a implementação do Projeto Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Vanda Lucia Aparecida Alves Figueiredo no que se refere a sua ação, organização, funcionamento e relacionamento com a Comunidade, nos limites da legislação em vigor e compatíveis com as orientações e política educacional traçadas pela Secretaria Municipal de Educação.

DIREÇÃO

A Equipe de Direção é o órgão que preside o funcionamento dos serviços escolares no sentido de garantir o alcance dos objetivos educacionais do Estabelecimento de Ensino, definidos no Projeto Político Pedagógico.

A Direção do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Vanda Lucia Aparecida Alves Figueiredo, será exercida pela Diretora, que presidirá o funcionamento dos serviços escolares, o trabalho dos professores, as atividades dos alunos, as relações com a comunidade escolar e com a vida exterior, velando para que, regularmente, se cumpra, no âmbito de sua ação, a ordem educacional vigente.

A.P.M

A Associação de Pais e Mestres (APM) é uma das formas de participação da comunidade na administração escolar, ou seja, uma ferramenta de gestão democrática, que foi criada para colaborar com a direção do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Vanda Lucia Aparecida Alves Figueiredo, a APM deve ajudar a escola a atingir os objetivos educacionais pretendidos, além de representar e dar luz às demandas da comunidade, pais ou responsáveis de alunos na escola. A APM ainda é fundamental para fortalecer o entrosamento entre pais, responsáveis e professores e pode ainda colaborar para a programação de atividades culturais, de lazer e saúde envolvendo toda a comunidade.

EQUIPE PEDAGÓGICA

A equipe pedagógica é composta pela coordenadora, suas funções são de articulação, de formação e de transformação, agindo como mediador entre o currículo e os professores, bem como entre pais de alunos e corpo docente.

EQUIPE AUXILIAR OPERACIONAL

A equipe operacional, tem sua função em zelar pelo ambiente e por suas instalações e utensílios, cumprindo as normas estabelecidas na legislação sanitária em vigor, é composta pela cozinheira, auxiliar de cozinha, lactárista e zeladoras.

EQUIPE DOCENTE

A equipe docente é composta pelas Educadoras, que exercem diversas funções no processo educativo. O Educador desempenha uma série de tarefas no meio escolar de extrema importância, esse profissional deve ter diversos tipos de atividades em desenvolvimento para atingir um índice cada vez maior de aprendizado.

ALUNOS

Este CMEI acolhe estudantes de diferentes idades, níveis de desenvolvimento psicossocial e estratos sociais. Todo estudante tem direito a:

- Educação pública gratuita e de qualidade;
- Receber educação nesta escola que deverá estar limpa e segura.
- Usufruir de ambiente de aprendizagem apropriado e incentivador, livre de discriminação, constrangimentos ou intolerância;
- Receber atenção e respeito de colegas, professores, funcionários e colaboradores da escola, independentemente de idade, sexo, raça, cor, credo, religião, origem social, nacionalidade, deficiências, estado civil, orientação sexual ou crenças políticas;
- Receber informações sobre as aulas, programas disponíveis na escola e oportunidades de participar em projetos especiais;
- Alunos com deficiência, que requeiram atenção especial, têm direito a recebê-la na forma adequada às suas necessidades e igualmente gratuita.

4.2. ESTRUTURA PEDAGÓGICA

4.2.1. Ofertas de Ensino

O Centro Municipal de Educação Infantil Professora Vanda Lucia Aparecida Alves Figueiredo oferece educação para crianças de quatro meses a cinco anos de idade, nos seguintes níveis de ensino da Educação Infantil.

- **Berçário I** - 4 meses a 1 ano e 11 meses
- **Berçário II** - 2 anos a 2 anos e 11 meses
- **Maternal** - 3 anos a 3 anos e 11 meses
- **Pré I** - 4 anos a 4 anos e 11 meses
- **Pré II** - 5 anos a 5 anos e 11 meses

As idades de ingresso nas turmas são atualizadas anualmente por meio de Instruções Normativas emitidas pela Secretaria Municipal de Educação. As turmas são constituídas levando em conta a data base de 31 de março para a formação das mesmas.

A Instrução Normativa nº 12/2021, emitida pela Secretaria Municipal de Educação, que dispõe os procedimentos para o ano letivo de 2022, prevê no Art. 2º, que na Educação Infantil, o limite de matrículas para a formação de turmas obedecerá à proporção alunos/professores descrita a seguir:

Organização	Alunos	Educador	Auxiliar de sala
Berçário I	Até 8	01	-
	09 a 15	01	01
Berçário II	Até 10	01	-
	11 a 20	01	01
Maternal	Até 23	01	-
Pré I	Até 25	01	-
Pré II	Até 25	01	-

4.3 FORMAS DE INGRESSO NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Cabe à Secretaria Municipal de Educação, promover no decorrer do ano, o cadastramento e encaminhamento imediato de crianças com idade de Pré-Escola, para realização da matrícula.

No ato da realização do cadastro, a mãe ou responsável pela criança deverá apresentar a seguinte documentação:

- cópia da certidão de nascimento da criança;
- cópia do documento de identidade da mãe ou responsável;
- cópia da termo legal de guarda ou tutela, no caso do responsável;
- cópia de comprovante de residência atualizado em nome dos pais ou responsável legal, podendo ser os seguintes:
- Fatura de água;
- Fatura de energia elétrica;
- Fatura de telefone fixo ou móvel;
- Contrato de aluguel da casa ou termo assinado pelo proprietário (com firma reconhecida) em caso de casa cedida;
- Correspondência ou documento expedido por órgãos oficiais das esferas Municipal, Estadual ou Federal;
- Correspondência de instituição bancária pública ou privada, ou ainda de administradora de todos os cartões de crédito;
- Faturas de planos de saúde, tv's a cabo, redes de supermercados, rede de lojas, de gás canalizado ou boleto de condomínios cuja identificação (nome e endereço do titular) esteja impressa na própria fatura ou correspondência;
- Pessoas residentes em área rural, poderão apresentar contrato de locação ou arrendamento da terra, Nota Fiscal do Produtor Rural fornecida pela Prefeitura Municipal ou documento de Assentamento expedido pelo INCRA;
- Cópia da Carteira de Trabalho da mãe ou responsável, quando houver. Caso não haja registro em carteira (relação de trabalho informal), apresentar declaração de trabalho ou serviços prestados assinada pelo

empregador ou responsável, de modo a constar seu número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF/MF) e/ou carteira de identidade, e endereço do local de trabalho e telefone do empregador; ou apresentar cópia do alvará de autônomo, de localização de atividade econômica ou de microempreendedor individual;

- Cópia da matrícula, escritura pública, contrato de compra e venda ou de financiamento para demonstrar a propriedade ou posse de imóvel;
- Cópia de comprovante de renda da Mãe ou do responsável legal.
- Em caso de aluguel, cópia do contrato de locação do imóvel e, em não havendo, recibos ou notas do pagamento de valores relativos ao aluguel;
- Em caso de moradia gratuita em imóvel de terceiro, declaração do referido proprietário ou possuidor;
- Cópia do cartão do Bolsa Família/Leite;

Caberá a Secretaria Municipal de Educação e às unidades escolares a colaboração e divulgação do período reservado ao referido cadastro.

Incumbirá aos pais, efetuar as matrículas conforme chamamento da Instituição de Ensino, a partir da autorização, enviada via e-mail por meio da Secretaria Municipal de Educação.

A Instituição de Ensino realizará o primeiro contato com os pais ou responsáveis, por meio de telefone, a partir da autorização de matrícula informada pela Secretaria Municipal de Educação. Encontrado os responsáveis, este terão até 3 (três) dias úteis para comparecer com a documentação necessária à Instituição de Ensino para efetivar a matrícula.

Caso o pai ou responsável não seja encontrado o contato ocorrerá por meio de ofício protocolizado, entregue no endereço fornecido pela mãe, pai ou responsável no ato da inscrição em lista de espera. É importante que a Instituição de Ensino formalize via e-mail à SME a dificuldade de contato, descrevendo as tentativas que impossibilitaram à comunicação com os responsáveis.

Ao receber o ofício aludido, o responsável deverá, assinar a documentação com seu nome completo e legível.

Atestado o recebimento, o pai ou responsável terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para o comparecimento na Instituição de Ensino que foi ofertado a vaga para o filho(a).

Constatado, no ato da entrega do ofício, a mudança de endereço do responsável, o responsável pela entrega do ofício fará uma declaração no verso do ofício, justificando o motivo da não entrega, mencionando data, horário e assinando o mesmo.

O Conselho Municipal de Educação anualmente estabelecerá e divulgará os procedimentos para a classificação e reclassificação dos estudantes, observadas as normas legais vigentes.

4.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O Centro Municipal de Educação Infantil Professora Vanda Lucia Aparecida Alves Figueiredo possui atividades curriculares destinadas aos estudantes em geral como o “Projeto União Faz A Vida”, “Projeto Pequenos Leitores, Futuro Escritores” entre outros projetos podendo ser oferecidos pela Secretaria municipal de Educação.

4.5 ESPAÇOS FÍSICOS

O Centro Municipal de Educação Infantil Professora Vanda Lucia Aparecida Alves Figueiredo, referente aos espaços físicos, conta com:

- 01 salas (direção, coordenação e secretaria)
- 01 sala dos professores / Biblioteca.
- Cozinha e refeitório
- Depósito de mantimentos
- Depósito de produtos de limpeza
- Lavanderia
- 01 Banheiro (feminino/masculino) – professores
- 01 Banheiro adaptado para pessoas com deficiência (feminino/masculino)
- 01 Banheiro Infantil Feminino (03 sanitários)

- 01 Banheiro Infantil Masculino (03 sanitários)
- 01 Sala de Multimeios.
- 08 Salas de aula
- 01 Lactário
- Pátio aberto

4.5.1 Espaços físicos e atividades pedagógicas

O Centro Municipal de Educação Infantil Professora Vanda Lucia Aparecida Alves Figueiredo, tem um pátio aberto, para realização de atividades pedagógicas, temos 7 salas de aula, 1 sala de multimeios e 1 sala dos professores/ biblioteca.

4.6 REGIMENTO INTERNO

O Centro Municipal de Educação Infantil Professora Vanda Lucia Aparecida Alves Figueiredo está organizada para atender às necessidades sócio educacionais e de aprendizagem dos estudantes em prédio e salas com mobiliário, equipamentos e material didático-pedagógico adequado às diferentes faixas etárias e etapas de ensino.

Horário de Funcionamento:

- O estabelecimento de ensino funciona em período integral, das 07h00 às 18h00.
- O horário das 07h00 às 07h15 e das 17h00 às 18h00 será somente para os alunos que os pais comprovarem por meio de declaração que trabalham neste período.
- Haverá 15 minutos de tolerância em relação ao horário de entrada, sendo contabilizado a partir das 7h30m.
- Horário de saída será somente após as 16h00.

Todo estudante deste CMEI tem direito a:

- Educação pública gratuita e de qualidade:
- Acesso à educação gratuita e de qualidade, desde a Educação Infantil ao Ensino Fundamental;

- Alunos com deficiência, que requeiram atenção especial, têm direito a recebê-la na forma adequada às suas necessidades e igualmente gratuita;
- Receber educação nesta escola que deverá estar limpa e segura.
- Usufruir de ambiente de aprendizagem apropriado e incentivador, livre de discriminação, constrangimentos ou intolerância;
- Receber atenção e respeito de colegas, professores, funcionários e colaboradores da escola, independentemente de idade, sexo, raça, cor, credo, religião, origem social, nacionalidade, deficiências, estado civil, orientação sexual ou crenças políticas;
- Ter garantida a confidencialidade das informações de caráter pessoal ou acadêmicas registradas e armazenadas pelo sistema escolar, salvo em casos de risco ao ambiente escolar ou em atendimento a requerimento de órgãos oficiais competentes.
- Receber Parecer e demais informações sobre seu progresso educativo, bem como participar de avaliações periódicas, de maneira informal ou por instrumentos oficiais de avaliação de rendimento;
- Ter garantida a confidencialidade das informações de caráter pessoal ou acadêmicas registradas e armazenadas pelo sistema escolar, salvo em casos de risco ao ambiente escolar ou em atendimento a requerimento de órgãos oficiais competentes.
- Liberdade individual e de expressão;
- Organizar, promover e participação dos alunos no ambiente escolar;
- Ter assegurados o ingresso e a posse de materiais de uso pessoal na escola, exceto nos casos em que representem perigo para si ou para os outros, ou que perturbem o ambiente escolar.
- Todo estudante desta escola será tratado de forma justa e cordial por todos os integrantes da comunidade escolar, sendo assegurado a ele:
- Ter assegurado que o estabelecimento de ensino cumpra a sua função de efetivar o processo de ensino e aprendizagem;
- Ser respeitado, sem qualquer forma de discriminação;
- Participar das aulas e das demais atividades escolares;

- Ter ensino de qualidade ministrado por profissionais habilitados para o exercício de suas funções e atualizados em suas áreas de conhecimento;
- Ter acesso a todos os conteúdos previstos na Proposta Pedagógica Curricular do estabelecimento de ensino;
- Receber atendimento de regime de exercícios domiciliares, com acompanhamento da escola sempre que compatível com seu estado de saúde e mediante laudo médico, como forma de compensação da ausência às aulas, quando impossibilitado de frequentar a escola por motivo de enfermidade.

Todo estudante desta unidade escolar tem os seguintes deveres e responsabilidades:

- Frequentar a escola regular e pontualmente, realizando os esforços necessários para progredir nas diversas áreas de sua educação;
- Estar preparado para as aulas e manter adequadamente materiais escolares de uso pessoal ou comum coletivo;
- Observar as disposições vigentes sobre entrada e saída das classes e demais dependências da escola;
- Ser respeitoso e cortês para com colegas, diretores, professores, funcionários e colaboradores da escola, independentemente de idade, sexo, raça, cor, credo, religião, origem social, nacionalidade, condição física ou emocional, deficiências, estado civil, orientação sexual ou crenças políticas;
- Contribuir para a criação e manutenção de um ambiente de aprendizagem colaborativo e seguro, que garanta o direito de todos os alunos de estudar e aprender;
- Abster-se de condutas que neguem, ameacem ou de alguma forma interfiram negativamente no livre exercício dos direitos dos membros da comunidade escolar;
- Respeitar e cuidar dos prédios, equipamentos e símbolos escolares, ajudando a preservá-los e respeitando a propriedade alheia, pública ou privada;

- Compartilhar com a direção da escola informações sobre questões que possam colocar em risco a saúde, a segurança e o bem-estar da comunidade escolar;
- Manter pais ou responsáveis legais informados sobre os assuntos escolares, sobretudo sobre o progresso nos estudos, os eventos sociais e educativos previstos ou em andamento, e assegurar que recebam as comunicações a eles encaminhadas pela equipe escolar, devolvendo-as à direção em tempo hábil e com a devida ciência, sempre que for o caso.

5. ANÁLISE DA REALIDADE ESCOLAR

O atendimento no O Centro Municipal de Educação Infantil Professora Vanda Lucia Aparecida Alves Figueiredo atende a comunidade moradora dos Conjunto José Pires de Godoy, Vila Ype, Jardim Alvorada, Vila progresso e Conjunto Zanon. Os alunos são assíduos. Por meio da ficha LESET é possível observar uma diversidade de famílias muito grande, onde podemos constatar que 47% dessa famílias pagam alugue, 16% residência cedida e 36% própria, cerca de 27% de nossas família inclusa em algum programa de governo.

Os alunos tem acesso a internet mais apenas no celular, 48% dos alunos os celulares são dos responsáveis, 43% dos alunos os celulares são próprios dos alunos, e apenas 8% dos alunos não tem acesso a celulares/ internet. Todos as famílias possui tvs em cores.

6. FUNDAMENTOS POLÍTICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.

Este documento não se propõe a reproduzir formatos ou modelos padronizados ou capitulados. Ele expressa a dinâmica do processo da construção coletiva por meio da qual foram oportunizados debates acerca da função social da escola pública. Democracia como liberdade de expressão, contudo, não significa consenso. O processo de elaboração do documento de orientação, envolvendo os profissionais do CMEI, entre docentes e

funcionários, não pode ter como premissa um consenso de ideias e teoria. Mas é inegável que o processo de construção desse documento e a discussão do papel formativo da educação infantil oportunizam a produção e sistematização do próprio conhecimento educacional em um movimento dialético, tais como:

- Currículo e gestão na instituição escolar
- O trabalho como princípio educativo
- O papel da escola e os sujeitos da educação
- A questão do conhecimento no âmbito da inclusão
- Concepção de ensino e aprendizagem

6.1 CURRÍCULO E GESTÃO NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Tendo em vista a necessidade de uma desenvolvimento plena, fica vinculada à concepção de currículo desde os aspectos básicos que envolvem os fundamentos filosóficos e sociopolíticos da educação até os marcos teóricos e referenciais técnicos e tecnológicos que a concretizam na sala de aula.

O currículo escolar, por sua vez, expressa uma organização por campo de experiências na Educação Infantil, respeitando o objeto de estudo das diferentes áreas. Contudo, busca avançar na superação dos limites que, costumeiramente, se instalam no ato de planejar a ação docente quando pautado por uma visão linear ou fragmentada. E, é nessa direção que a afirmativa de que “são os fins a atingir que determinam os métodos e processos de ensino e aprendizagem” assume especial relevância, pois sem essa clareza, sem essa definição, qualquer procedimento e, possivelmente, qualquer resultado serão aceitos como viáveis e justificados mediante as condições existentes, retirando da instituição escolar parte significativa de sua responsabilidade frente à transmissão-assimilação do saber sistematizado, que é o pressuposto fundamental para que a instituição escolar cumpra com a função social, quando pautada nos pressupostos deste currículo. Em relação ao currículo, a LDBEN nº 9394/96 estabelece que a Educação Infantil devem contemplar uma base nacional comum, composta pelo estudo da “Língua

Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política especialmente do Brasil, além de uma parte diversificada que contemple as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”.

O currículo deve incluir, de forma transversal e integrada, disciplinas exigidas pela legislação e normas específicas, bem como disciplinas contemporâneas relacionadas ao desenvolvimento cívico que impactam a vida humana em escala local, regional e global, aderindo a temas obrigatórios como o processo de envelhecimento e o respeito e valorização da criança e do adolescente; os direitos da criança e do adolescente; educação no transporte; educação ambiental; educação alimentar e nutricional; educação em direitos humanos; e educação digital; uma perspectiva característica que aborda adequadamente os temas culturais, étnicos, linguísticos, e diversidade cognitiva. Ao compor a parte diversificada do currículo, o escopo do artigo 26 da LDBEN nº 9.394/96, é enfático ao destacar que ela deve atender as exigências das características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. Assim, a coerência na organização legal, política e pedagógica das matrizes curriculares é ponto fundamental para que a proposta curricular construída coletivamente se efetive em sala de aula. A programação curricular deve apresentar como requisitos a operacionalidade; flexibilidade; objetividade e realismo. O currículo deve servir como base para o aprendizado e acesso para elaboração da informação, participação e entendimento do ensino.

A Proposta Pedagógica Curricular (PPC) é um documento da escola que sistematiza a organização do conhecimento no currículo, pois é nesta que acontece a concretização do ensino através da seleção dos conteúdos. A PPC deve abordar fundamentos conceituais, metodológicos e avaliativos de cada campo de experiência da Matriz Curricular, por etapa e/ou modalidade de ensino. A Proposta Pedagógica Curricular (PPC) do Município de Ibioporã, foi elaborada através de estudos aprofundados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Referencial Curricular do Paraná, com o intuito de normatizar os componentes curriculares em todos os estabelecimentos de ensino do município.

De acordo com a LDB (Lei n. 9.394/96), as instituições públicas que ofertam a Educação Básica devem ser administradas com base no princípio da Gestão Democrática. A Gestão Democrática está baseada na articulação de ações que propõem a participação social da comunidade escolar, a qual é considerada sujeito ativo em todo o processo da gestão, participando de todas as decisões da escola. Assim, é imprescindível que cada um destes sujeitos tenha clareza e conhecimento de seu papel quanto participante da comunidade escolar.

A Gestão Democrática é uma forma de gerir uma instituição de maneira que possibilite a participação, transparência e colaboração de toda comunidade escolar. A Gestão Democrática em nossa instituição tem por segmento, a elaboração do Projeto Político Pedagógico de maneira coletiva e participativa, a definição e fiscalização das verbas recebidas, divulgação e transparência na prestação de contas.

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da instituição, possibilitando a liberdade de expressão e respeitando as opiniões da comunidade escolar no processo de tomada de decisões, favorecendo uma aproximação maior entre professoras, funcionários, pais, alunos, equipe pedagógica e direção. A participação de todos, nos diferentes níveis de decisão e nas sucessivas fases de atividades, é essencial para assegurar o eficiente desempenho da organização e funcionamento da instituição de ensino.

6.1.1 O trabalho como princípio educativo

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas, assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. Conceber trabalho como princípio educativo significa, portanto, que se aprende especialmente em atividade. Trabalho é a atividade intencionalmente humana destinada a um fim.

O processo de ensinar e aprender é trabalho pedagógico que põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida

humana. O trabalho é a categoria central de análise na compreensão das relações sociais. É a forma, por meio da qual, o homem produz suas condições de existência, sua história e o mundo humano. Na mesma perspectiva, educação é, também, entendida como atividade humana e histórica, construída na prática social.

O trabalho consiste, então, no eixo para a compreensão das relações sociais e práticas educativas por meio da qual se concebe a formação humana em sua integralidade. A respeito das formas de produção essencialmente humanas, é preciso considerar que, ao passo em que o homem age sobre a natureza, através do trabalho, cria significados e significantes, cria simbologias, desenvolve a linguagem, socializa-se, desenvolve a memória e a capacidade de abstração, bem como transmite valores, crenças e ideais. Nessa perspectiva, a partir das relações humanas estabelecidas em torno do trabalho, o homem desenvolve a cultura, reproduzida, reconstruída e representada por meio das gerações.

Quando analisamos que o homem no seu processo de humanização e desenvolvimento lançou-se sobre a natureza usando braços, pernas e cabeça não de forma fragmentada e sim integrada, estamos pressupondo que o processo pedagógico concebe a educação integral; portanto não há uma fragmentação ou hierarquização entre corpo e mente. O que devemos saber é que a mente é um construto que vem sendo desenvolvido por filósofos há séculos e surgiu da dicotomia entre o corpo e a alma. Ela auxilia o jovem a perceber, compreender e interpretar o mundo que está a sua volta, afim de que adaptações ou modificações sejam feitas em caso de necessidades.

Contudo, as relações de trabalho definidas na história da civilização não foram apenas humanizadas. O feudalismo, o escravagismo, o capitalismo configuraram, de formas diferentes, as relações de domínio e dominação, de opressão e de escravização, de controle, hierarquia e dualização social. Relações estas que configuram uma história contada de forma hegemônica pela versão branca, europeia e machista; marcada pelas representações do colonizador, da qual decorre o preconceito e a exclusão social.

Em determinado momento histórico as relações de trabalho, no contexto do capitalismo em ascensão, consubstanciado pelo Taylorismo, dualizou e

mecanizou o próprio trabalhador. Com o objetivo de democratizar o acesso aos bens produzidos pelo capitalismo, a produção passou a ser em massa, padronizada, repetitiva e mecânica, dividindo o trabalhador entre corpo e mente e alienando-o da condição de pensar. No modo de produção capitalista, o trabalhador é colocado em situações exploratórias e expropriadoras da condição humana.

A separação entre o produto e o processo, entre quem pensa e quem faz, entre quem é o dono do modo de produção e quem domina apenas a força de trabalho, entre o controle do tempo, dos processos e da produtividade, em detrimento da condição humana, caracteriza algumas das relações duais do sistema capitalista. Nessa perspectiva, o trabalhador fica à margem do processo, não domina todas as relações do trabalho, não apreende a totalidade da produção e, tampouco, pode usufruir dos bens que ele mesmo produziu. Logo, nessa visão, o trabalhador torna-se incapaz de educar-se pelo trabalho.

Portanto, embora, do ponto de partida, o trabalho seja humanizador, no modo de produção capitalista acaba se configurando enquanto trabalho alienador: o bem produzido pelo trabalhador não pertence a ele; ou seja, o trabalhador não usufrui o bem, tampouco, esse bem é pensado por ele.

Trabalho e Educação são temas que apesar de não poderem ser dissociados, a relação entre eles é bastante complexa, o mundo do trabalho em uma sociedade capitalista acaba por esperar da escola uma formação meramente técnica que não possibilite a reflexão do trabalhador bem como também a análise da sua realidade. O trabalho na sua forma natural não se dá de forma mecânica, mas sim de forma processual onde o homem além de executar uma tarefa, consegue acumular conhecimentos e também produzir meios para a sua própria vida.

Discutir o trabalho como princípio educativo não é algo que se esgote, pois as questões que se referem ao trabalho são históricas. Desde a forma de trabalho regida pela escravidão até a atualidade foram muitas conquistas, porém ainda hoje encontramos relações de trabalho no estilo escravocrata. No sistema capitalista onde o lucro vale mais que o ser humano, os trabalhadores têm sua força de trabalho explorada demasiadamente, porém este mesmo capitalismo que oprime se encontra de certa forma em crise e acaba por abrir

espaços de organização coletiva que busca a superação da exploração, ou seja, projetam uma sociedade de fato socialista. O trabalho como princípio educativo mostra durante toda a formação básica o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, convertendo-se em força produtiva.

Permite a compreensão do processo de trabalho moderno pelos alunos, contribuindo para a formação integral e emancipação destes alunos. Este estudo nos possibilita compreender a educação como mediação fundamental para que se construa uma nova sociedade, uma sociedade baseada nos direitos do cidadão, mas para isso a educação oferecida precisa ser transparente, aberta, crítica e baseada nos princípios de uma real democracia

6.1.2 O papel da escola e os sujeitos da educação

Vale ressaltar que a concepção de escola como espaço para o aprendizado dos estudantes foi também muito bem sistematizada pelos profissionais da educação do CMEI, os quais participaram das discussões sobre o PPP. Em outros termos, em reunião própria, os agentes educacionais destacam o compromisso do estabelecimento de ensino com a formação integral do aluno. Esta formação perpassa por:

1. Posicionamento ético para o desenvolvimento intelectual.
2. Transmitir o conhecimento sistematizado de modo a, através dele, vislumbrar o compromisso de preparar o indivíduo para a vida em sociedade bem como atuar nela de forma autônoma exercendo a cidadania.
3. Ampliar a visão de mundo e suas possibilidades para o educando, promovendo uma consciência crítica e sempre em renovação com uma postura proativa na sociedade em que este se insere.
4. Formação do cidadão que possibilita a interpretação, o domínio e métodos do conhecimento humano
5. Autonomia intelectual.

Nesta perspectiva, segundo análise em questão, o papel da escola é formar cidadãos com compromisso ético e desenvolvimento intelectual. No

entanto, segundo o grupo, muitas vezes vê-se secundarizado este papel. Isso ocorre, segundo análise, por dois motivos importantes:

1 - a escola, muitas vezes, está mais preocupada em defender-se de possíveis acusações do que efetivamente cumprir suas atribuições.

2 - em outra perspectiva, a escola hoje assumiu a responsabilidade que, em outros tempos era obrigação dos pais.

A educação escolar é concebida como lugar de formação do cidadão, através do qual o respeito entre todos os segmentos passa a ser um dos principais condicionantes para que se cumpra esta função. É nesta mesma compreensão que se contextualizam algumas preocupações expressas pelos professores quando estes analisam a função social da escola pública e, neste âmbito, as ressalvas dos limites percebidos para o desempenho desta função e o papel do professor. Algumas análises realizadas neste contexto destacam a necessidade de se “estabelecer limites nos estudantes (disciplina) e desenvolver responsabilidades - valores, os quais estão sendo extintos na atual sociedade”.

Concebe-se que é um direito do aluno ter acesso ao conhecimento necessário para compreender seu contexto, a realidade que o cerca, as contradições que perpassam nela e as possibilidades de interferir nesta realidade. Fica claro, que na concepção de professores e funcionários que cabe à escola a sistematização do conhecimento elaborado. É através do conhecimento que se desenvolve a consciência crítica.

Portanto, a formação da criticidade, invariavelmente, cabe à escola. Cabe aos professores do CMEI, ante a esta compreensão, reconhecerem-se como os profissionais que dominam, não somente o conhecimento a ser socializado e produzido nas relações diárias (sociais e pedagógicas) como também a didática (técnica de ensinar) dando conta de ensinar bem e a todos. O papel do professor, portanto, está na relação entre o sujeito que media o sujeito que apreende e o conhecimento a ser sistematizado e produzido.

Essa concepção explicita a diferença entre autoritarismo e autoridade. Professores conclamam a sua valorização por parte dos seus alunos. Isto se perfaz quando o próprio professor se valoriza pelo compromisso de seu

trabalho. O domínio do conhecimento legitima a autoridade do professor, ou seja, a sua autoridade se manifesta no domínio do conhecimento, da técnica e no compromisso político com a aprendizagem com o aluno, bem como conhecimento da característica e das especificidades da faixa etária e do nível de ensino (realidade) que trabalha. Isto pressupõe a necessidade de:

- Destacar o papel de todos, da gestão, dos professores para garantir esta aprendizagem.

- Papel de todos e em especial da equipe pedagógica (interferindo) ante as relações corporativas e por consequência conservadoras que condicionam a função da escola no ato de ensinar e aprender.

- O quanto é necessário aprofundar os fundamentos da psicologia, da biologia e da neurologia que contribuam para conceber as especificidades da faixa etária e como ela se manifesta nas relações (professor – aluno, ensino – aprendizagem). No que tange às possibilidades reais da formação da consciência crítica no âmbito escolar, vale destacar, segundo a contextualização dos seus docentes, que ela ultrapassa as barreiras da disciplina e implica, portanto, em postura e visão de mundo.

O acesso ao conhecimento amplia o repertório do aluno, possibilitando sua ação enquanto cidadão frente às contradições e problemáticas sociais. Quando o aluno se apropria do conhecimento científico adquirido pelos conteúdos, espera-se que ele seja melhor cidadão, contribuindo para uma sociedade mais justa participando de decisões. Deste modo, teria ele condições de criticar e colaborar na elaboração de medidas e leis para o bem de sua comunidade, usando o saber desenvolvido na escola para engajar-se com responsabilidade nas demandas sociais.

6.1.3 A estrutura disciplinar e a integração curricular

Quando se propõe uma estrutura curricular organizada em conhecimentos disciplinares é preciso refletir sobre a efetividade desse currículo de forma contextualizada garante sua relação interdisciplinar. Contudo, esta relação não pode ser artificial - deve-se tomar. O conhecimento trabalhado em sua

totalidade e contextualizado muito cuidado - em nome da não fragmentação ou por acreditar que o conhecimento disciplinar está engavetado.

Alguns conceitos da disciplina são amplos, e cotidianamente, integrados em muitas outras disciplinas escolares, enquanto certos conceitos específicos são restritos a determinados ramos da ciência. Nesta perspectiva prevalece no currículo a dimensão explícita e não-explícita - há um planejamento de conteúdo, o qual é seguido em função da intencionalidade proposta e pensada no projeto pedagógico, contudo em algumas disciplinas prevalece a dimensão não explícita, em especial na área de humanas. Isto posto, concebe-se que, se trabalhados na totalidade, os conhecimentos disciplinares estão articulados naturalmente, na medida em que o professor esteja aberto a esse movimento de totalidade para uma efetiva promoção do conhecimento. Para uma compreensão totalizante do currículo, é necessário superar a fragmentação e a descontinuidade das práticas escolares, da estrutura hierarquizada na qual as escolas estão inseridas. É necessário reforçar ações tais como:

- Trabalho mais coletivo e democrático e não democratismo;
- Relações mais horizontais e de responsabilidade coletiva;
- Coordenadores como articuladores e mediadores do trabalho docente, e não apenas um mero transmissor das decisões tomadas em instâncias superiores.

A fragmentação se expressa na grade curricular. Nela os conhecimentos escolares encontram-se fragmentados e engavetados. Isto se expressa na ausência de uma prática permanente de diálogo entre os professores regentes e de projetos. Na compreensão dos professores e profissionais da educação é necessário que todos discutam profundamente ações e práticas escolares, a fim de que se tenha maior aprofundamento teórico e compreensão da Proposta Pedagógica. Um currículo (inter) disciplinar concebe a relação educação e trabalho como eixo central, que integra diversas ciências, ocorrendo assim, o aprofundamento da capacidade de reflexão de alunos e professores sobre as mudanças e permanências da formação integral em um mundo do trabalho que é dinâmico e em constante mutação, por outro lado excludente tal capacidade contribuirá para a participação plena do aluno na vida intelectual, política, social

e econômica de sua comunidade. Concebe-se assim que a mediação teórico-prática pode ter diferentes origens: na ciência, na cultura popular, nos meios de comunicação, na história de vida, na profissão, no mundo do trabalho. Nesta perspectiva, pressupõe-se uma metodologia pela qual o professor seja desafiado a refletir sobre a sua realidade e também sobre as diferentes concepções e relações que se complementam para atingir a totalidade. Na realidade quando nos referimos a conhecimentos disciplinares devemos refletir sobre o momento oportuno de sua aplicabilidade de forma contextualizada.

Alguns conceitos da disciplina são amplos, e cotidianamente, integrados em muitas outras disciplinas escolares, enquanto certos conceitos específicos são restritos a determinados ramos da ciência. O conhecimento trabalhado em sua totalidade e contextualizado garante sua relação interdisciplinar. Contudo, esta relação não pode ser artificial - deve-se tomar muito cuidado - em nome da não fragmentação ou por acreditar que o conhecimento disciplinar está engavetado - com o descarte do conteúdo da disciplina. A fragmentação do currículo nada mais expressa que a própria fragmentação social, econômica e histórica.

6.2 A QUESTÃO DO CONHECIMENTO NO ÂMBITO DA INCLUSÃO

Conceber uma escola inclusiva pressupõe entender o próprio projeto pedagógico de uma escola que se proponha emancipadora. Isto, sobretudo, passa pelo currículo concebido em sua dimensão política. Segundo a organização, "a própria escola, a comunidade e, mais importante, a mentalidade culturalmente predominante, podem colaborar criticamente para resgatar uma cultura de convivência social igualitária, buscando o respeito às diferentes identidades dentro do CMEI". Entendendo que os sujeitos da escola são: agentes educacionais, alunos, comunidade, professores, equipe pedagógica e diretiva, é necessário repensar o currículo e a construção do conhecimento, bem como a análise de valores, conceitos e métodos.

Perceber e considerar os sujeitos de forma sensível, mas considerando as práticas pedagógicas, pressupõe conceber os sujeitos no processo de produção do conhecimento, partindo da história das diferentes culturas e

etnias. Valorizá-los não pode, de forma alguma, confundir a escola com espaço clínico ou terapêutico, pelo qual se prima pela subjetivação dos processos. O processo inclusivo é objetivo na medida em que se concebe o aluno como sujeito que, em suas idiossincrasias, participa do processo de produção do saber, então, mediado pela socialização e reconhecimento de tais diferenças com respeito pela singularidade do gênero humano.

A análise realizada pelos professores do CMEI considera que os avanços que podem ser alcançados no sentido de galgar melhores condições de aprendizagem a todos os sujeitos são passos no sentido de que cada um possa se incluir e ser incluído na dinâmica desse processo. Quando todos forem compreendidos como agentes que interferem, influenciam e são influenciados, garantindo o respeito e valorização das identidades individuais, considerando as decisões de currículo aberta às diversas esferas do processo de ensino aprendizagem, acreditamos que será possível caminhar em direção a uma igualdade de direitos nas condições de aprendizagem.

O currículo é uma seleção intencional e planejada de conteúdos que, fundamentado por uma concepção de mundo, se expressa no plano de trabalho docente, pelo qual se concebe o processo de ensinar e aprender. No entanto, o currículo é bem mais que um conjunto de disciplinas a serem organizadas e ofertada no tempo e espaço escolar, ele expressa a própria concepção de escola, a qual, por sua vez, expressa uma visão de sociedade e de mundo. O CMEI Professora Vanda Lucia Aparecida Alves Figueiredo, a partir dos argumentos já explicitados, concebe que a função social da escola pública é sim socializar os conhecimentos e saberes produzidos e construídos na história da humanidade, mas sobretudo, concebe que esta história é construída por mulheres, homens, trabalhadores, profissionais da educação, estudantes a cada dia, em suas diferentes identidades de gênero, de credo, de raça e cor. Nós construímos a cada dia esta história e este CMEI. Entende-se que a concepção de inclusão passa pelos sujeitos que se constituem como protagonistas da história. Não somente a teoria legitima esta concepção de escola, de sujeito e de currículo, mas ela é materializada no interior do CMEI.

No seio de uma sociedade contraditória, desigual, excludente, não cabe à

escola o enfrentamento de todas as formas de preconceito, mas é preciso, a partir do conhecimento que se produz nela, um olhar nas contradições. De um lado, ela tem o compromisso com o conhecimento a ser ensinado, de outro, não pode fechar os olhos para as formas de reprodução de estereótipos e padrões hegemônicos dentro dela diariamente. Nesta perspectiva, à escola cabe o enfrentamento das visões preconceituosas e hegemônicas. O preconceito expressa a dimensão ideológica perniciosa de uma sociedade hegemônica caracterizada pelo bem e pelo mal, certo e errado, direita e esquerda, branco e negro, rico e pobre, uma sociedade marcadamente desigual, e que bina todas as tendências sociais que reproduzem o caos. A dicotomia, por sua vez, promove a inconsciência sobre si mesmo e a sociedade.

Quando se trata de olhar para a complexidade das relações sociais e culturais no âmbito do conhecimento escolar e do papel da escola estamos indicando para uma concepção muito mais ampla que o conteúdo de ensino. De outro modo, vale dizer que, quando o professor trabalha com o conteúdo é preciso ter em mente que ele expressa um recorte de uma totalidade. Ao ser contextualizado para o estudante necessariamente o próprio professor busca relações que suscitem conhecimentos de outras disciplinas como a condição de compreender o conteúdo em sua totalidade.

Decorre das discussões acerca de uma educação inclusiva, ou seja, propriamente de uma sociedade inclusiva, o compromisso com o conhecimento universal de modo a enfrentar situações de ignorância, ou seja, de preconceito. A este respeito há uma compreensão comum aos profissionais da educação: a necessidade de se efetivar uma prática educativa com isenção e profissionalismo, o qual consolida-se no respeito e tratamento igualitário, sem distinção de etnia, credo, formação profissional, condição de gênero e raça. É na totalidade, na condição de compreensão do conhecimento nas suas determinações que as questões sociais, ambientais, econômicas, políticas e culturais podem e devem ser tratadas. Nesta perspectiva, os “Desafios Educacionais” no currículo devem pressupor ser parte desta totalidade.

Portanto, não podem impor-se às disciplinas numa relação artificial e arbitrária, devem ser “chamadas” no seu contexto pelo conteúdo disciplinar e

não, pelo contrário, lateralizá-las ou secundá-las. Estas demandas, portanto, devem ser abordadas como visão de mundo, como concepção para além da visão burguesa, racista, machista, preconceituosa, dicotômica e hegemônica. Contudo, nada adianta incluir arbitrariamente os chamados desafios educacionais no currículo se isto não passar de encaminhamentos que se diluem entre o dito, o pretendido e o feito. Ocorre que a forma de abordagem do tema, não pode expressar o senso comum. Deve ser tomada na complexidade das relações com o conhecimento.

A democratização do acesso ao conhecimento e enfrentamento às situações de ignorância, teoricamente, levam ao enfrentamento (do que é inerente à ignorância) do preconceito. Isto significa também que qualquer relação artificial com o currículo, fundada no senso comum e no apelo subjetivista sem a devida fundamentação teórica pode incorrer em mais uma forma de Inclusão excludente uma outra forma de discriminação. Isto significa que a formação crítica e a superação do preconceito são duas faces de uma mesma moeda, consubstanciada no acesso ao conhecimento.

6.2.1. Educação Inclusiva

A Lei nº 4.024 de 1961 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) garantia o direito à educação em escolas regulares para as crianças com deficiência ou superdotadas. Entretanto, na década de 70, houve um retrocesso na caminhada da política inclusiva com a lei nº 5.692/71 que defendia o tratamento especializado para os alunos com necessidades especiais, reforçando, assim, a segregação desses alunos em salas especiais. Nesse período cria-se o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) responsável pela educação especial no Brasil difundindo o movimento da integração escolar dos indivíduos com restrições físicas ou mentais.

Segundo Carvalho (2000, p.23): “Ao final do século XX muitos conflitos e transformações aconteceram, principalmente, no contexto da educação especial presente no Brasil desde o período imperial”. Surgem, então, as expressões “Educação para todos”, “Todos na escola”, “Escola para todos”. Porém, a autora ressalta que a ideologia da educação inclusiva vem sendo

difundida desde o século XVIII por Pestalozzi e Froebel quando eles afirmavam a importância do “respeito à individualidade de cada criança” (CARVALHO, 2000, p.145).

"Estar em um ambiente educacional, nos dias atuais é um desafio, entretanto é momento de lutar pelas oportunidades de fortalecimento para a educação especial inclusiva, o apoio governamental é extremamente necessário para a consolidação de uma sociedade inclusiva. É tempo de mudar e incluir todos os sujeitos com necessidades especiais na escola e meio social, assim usufruindo de seus direitos como cidadão, sem discriminação e preconceitos. Percebe-se que a inclusão social ou escolar tem se tornado foco nas escolas, principalmente na educação infantil."

A escola tem o papel fundamental de preparar o aluno para que ele possa viver e conviver com a diversidade, considerando que todos somos diferentes, temos características individuais, e que nem sempre são atendidos em suas particularidades. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva enfatiza que:

"A educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação." (BRASIL, 2007, p.3)

Neste contexto, a educação especial não se restringe apenas a inclusão dos alunos com deficiência motora, cognitiva ou sensorial, mas se estende a todos os alunos no processo educacional.

Inclusão na educação infantil não é diferente, a escola de educação infantil precisa oferecer uma aprendizagem de forma ampla e colaborativa, disponibilizando oportunidades iguais para todos e estratégias para cada um, de modo que todos possam desenvolver seu potencial.

O espaço escolar para atender alunos com necessidades educacionais especiais precisa estar apto para receber os mesmos. Ter um ambiente acolhedor é de suma importância para que realmente aconteça à educação inclusiva, e na educação infantil necessita de mais atenção, são pequenos detalhes que fazem a diferença. O ambiente precisa oferecer segurança, tranquilidade e harmonia.

Em nosso CMEI a criança em processo de inclusão é bem-vinda e começa a ter mais acesso aos serviços, instituições, grupos e estruturas que podem interessar ao seu desenvolvimento, à participação e à cidadania de cada uma delas. Sendo assim temos o compromisso de assegurar Educação Infantil de qualidade às crianças com necessidades especiais, de modo que sejam inclusas naturalmente na rede regular de atendimento oferecendo condições de acesso e serviço de apoio especializado através de avaliação com a ajuda da Coordenadoria de Atendimento às Necessidades Especiais, quando a criança ainda não recebe nenhum tipo de atendimento clínico ou terapêutico especializado, se for o caso.

Algumas crianças já vêm com encaminhamentos de outras instituições nas quais realizam atendimento terapêutico ou clínico e essas instituições são grandes parceiras e fundamentais no apoio ao trabalho desenvolvido na unidade. As famílias ao procurarem a unidade são acolhidas e orientadas sobre os direitos de inclusão da criança e tem acesso garantido a vaga. A equipe pedagógica se incumbem de fazer os levantamentos necessários sobre as necessidades adaptativas de cada criança e a procurar estratégias que tornem a inclusão uma experiência real e favorável. É elaborado um plano de ação pedagógica para cada criança em parceria com as profissionais do CMEI que atuarão com as crianças, e com as equipes da APAE, CAESMI, CADEVI, os profissionais das instituições parceiras que a criança frequenta. O diálogo constante com essas instituições é fundamental para a inclusão satisfatória e seu acesso ao CMEI para colaborar em relação às adaptações necessárias de recursos humanos na forma do profissional de apoio e físicos, adequações do espaço para cada criança é uma prática comum, assim como o registro e acompanhamento do desenvolvimento de cada criança.

O apoio pedagógico necessário para os professores que atuam com as crianças de inclusão é uma prática comum em nossa unidade e um trabalho de construção coletiva com as instituições parceiras de atendimento especializado e os profissionais são incentivados a participar das formações ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação. O planejamento de experiências que privilegiem o interesse das crianças para que possam realizar ações de forma autônoma e independente promovendo de forma significativa seu

desenvolvimento, também se faz necessário, pois estruturam o trabalho educativo e promovem interações sociais positivas.

6.3 CONCEPÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A aprendizagem é uma experiência social, a qual é mediada pela interação entre a linguagem e a ação. A interação entre os indivíduos possibilita a geração de novas experiências e conhecimento.

A proposta política pedagógica Municipal será pautada na perspectiva Histórico-cultural, sendo um documento norteador para o trabalho pedagógico, não excluindo a utilização das demais pedagogias que já perpassaram pela educação, sendo assim:

“Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.” (BRASIL, 2017, p.7).

De acordo com o Referencial Curricular do Paraná, 2019, “O caráter normativo da BNCC torna obrigatória à elaboração ou reelaboração dos currículos das redes de ensino ao estabelecer uma base de direitos e objetivos de aprendizagens comum para todo país. Assim, considerando a trajetória de cada estado, provoca um movimento de reflexão e avanços quanto às práticas pedagógicas.”

Assim, é importante compreender que os direitos e objetivos de aprendizagens são comuns, porém, os currículos são diversos, na medida em que esses devem ser elaborados de acordo com a realidade local, social e individual da escola e de seus estudantes, buscando uma educação com equidade a todos.

É importante ressaltar que de acordo com as diretrizes e bases da educação nacional, devemos:

“Compreender e realizar a Educação Básica, no seu compromisso social de habilitar o estudante para o exercício dos diversos direitos significa, portanto, potencializá-lo para a prática cidadã com plenitude, cujas habilidades se desenvolvem na escola e se realizam na comunidade em que os sujeitos atuam. (2013, p. 56).

No quadro abaixo, verifica-se o enquadramento da teoria citada em seus diferentes aspectos:

Quadro 1 – Teoria Histórico-Cultural

TEORIA	Teoria Histórico-Cultural
OBJETIVOS	Possibilitar ao professor a compreensão do seu papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem, à luz destas teorias, com vistas à apropriação efetiva dos conhecimentos científicos e à formação humana de nossos alunos
PRECURSORES	Lev Semenovich Vigotski, a Pedagogia Histórico-Crítica de Dermeval Saviani e, ainda, a respectiva Didática dessa pedagogia desenvolvida por João Luiz Gasparin.
PAPEL DO PROFESSOR	O professor tem o papel explícito de interferir na zona de desenvolvimento proximal dos alunos, provocando os avanços que não ocorreriam espontaneamente. [...]A intervenção do professor é fundamental para a promoção do desenvolvimento do indivíduo
RELEVÂNCIA	-A Teoria Histórico-Cultural de Vigotski, em sua gênese, pressupõe uma natureza social da aprendizagem, ou seja, é por meio das interações sociais que o indivíduo desenvolve suas funções psicológicas superiores. -Temos que determinar pelo menos dois níveis de desenvolvimento da criança: o primeiro nível pode ser chamado de nível de desenvolvimento real e o segundo, de zona de desenvolvimento proximal. → Nível de desenvolvimento real: é o nível de desenvolvimento da criança onde suas funções mentais já se estabeleceram como resultado de certos ciclos de desenvolvimento já completados; → Zona de desenvolvimento proximal ou potencial: é o nível de desenvolvimento da criança determinado através da capacidade de solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com os colegas mais capazes. -A aprendizagem é o motor do desenvolvimento.

O objetivo principal é possibilitar ao professor a compreensão do seu papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem, à luz desta teoria, instigando a leitura, com vistas à apropriação efetiva dos conhecimentos científicos e à formação humana de nossos alunos.

Sendo assim, o ambiente escolar é um grande colaborador para que o processo de aprendizagem ocorra. Além do professor, todas as pessoas que estão na escola colaboram para que as aprendizagens aconteçam.

6.4 CONCEPÇÃO DA AVALIAÇÃO

O Centro de Educação Infantil segue a instrução normativa nº 02 de Março de 2022. O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO: - a necessidade da coleta de informações significativas sobre a aprendizagem dos alunos da Rede Municipal de Ensino - RME; - a utilização de instrumentos que subsidiem a análise dos resultados da aprendizagem; - a necessidade de avaliar as habilidades adquiridas pelos alunos de acordo com a BNCC e juntamente com o Referencial Curricular do Paraná; - considerando a resolução CNE/CP nº 2, de 5 de agosto de 2021 que Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar; - Considerando a observância do Parecer 6/2, Conselho Pleno. Das Disposições Preliminares Art. 1º Institui modelo de Sistema de Avaliação Diagnóstica e do Aproveitamento Escolar dos Alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Ibiporã, buscando o conhecimento da trajetória de aprendizagem e comportamento dos alunos, colaborando para a diminuição da desigualdade de aprendizado, do abandono e da evasão escolar. Capítulo II Da Avaliação Diagnóstica Da Rede Municipal Art. 2º A Avaliação Diagnóstica constitui-se numa avaliação censitária, de larga escala, a ser aplicada na Educação Infantil desde o berçário (de forma oral) ao Pré II. Para a Educação infantil, haverá apenas a avaliação diagnóstica realizada pela S.M.E e aplicada pelos professores, nesta avaliação serão utilizados os campos de experiências, saberes e conhecimentos pautados na BNCC.

Segundo a instrução normativa nº 02 DE 09 de Março de 2022, a qual orienta a aplicação das Avaliações Diagnósticas no ambiente educacional desta escola, a avaliação compreende três dimensões básicas:

- **Avaliação institucional interna:**

A avaliação institucional será realizada, por meio de procedimentos internos e externos, objetivando a análise, orientação e correção, quando for o caso, dos procedimentos pedagógicos, administrativos e financeiros da escola.

A avaliação institucional interna desta unidade escolar consiste na aplicação de procedimentos de auto avaliação institucional e envolverá toda a comunidade escolar.

Os objetivos e procedimentos da auto avaliação institucional serão definidos pelo Conselho Escolar Municipal e serão amplamente divulgados entre os integrantes da comunidade escolar.

As questões que comporão a “Avaliação Semestral” serão pautadas nas Diretrizes da BNCC e Referencial Teórico do Paraná, onde atenderão à Matriz de referência para avaliação do rendimento escolar no Ensino Fundamental e a seleção das questões serão realizadas de forma colaborativa entre a Equipe Pedagógica da S.M.E e o Sistema de Ensino adotado pela Secretaria de Educação, serão observados os padrões estabelecidos para avaliações.

- **Avaliação institucional externa:**

A avaliação institucional externa será realizada pelos diferentes níveis da Administração, de forma contínua e sistemática e em momentos específicos.

A síntese dos resultados das diferentes avaliações institucionais será consubstanciada em relatórios, a serem apreciados pelo Conselho Escolar Municipal e anexados ao Plano de Gestão Escolar, norteando os momentos de planejamento e replanejamento da escola.

- **Avaliação da aprendizagem:**

Segundo a instrução normativa nº 02 DE 09 de Março de 2022, na qual orienta que institui modelo de Sistema de Avaliação Diagnóstica e do Aproveitamento Escolar dos Alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Iporã, buscando o conhecimento da trajetória de aprendizagem e

comportamento dos alunos, colaborando para a diminuição da desigualdade de aprendizado, do abandono e da evasão escolar.

7. PROPOSIÇÕES DE AÇÕES – METAS

Diante do que foi apresentado, traçamos algumas metas com as respectivas ações a serem desenvolvidas no intuito de concretizar a transformação necessária na prática administrativa e pedagógica da Instituição.

Acredita-se que as metas e ações descritas, articuladas entre si, promovam a transformação do conjunto, de forma a representar o processo pela efetivação do Projeto Político-Pedagógico que queremos.

7.1. ELEVAR O DESEMPENHO ACADÊMICO DOS ESTUDANTES

- **CURTO PRAZO**

Conscientizar os alunos a importância das aulas e dos conteúdos que são apresentados diariamente. Estimular e promover momentos onde os alunos questionam e refletem e assim terão um aprendizado significativo. Desenvolver a curiosidade dos alunos, estratégias novas e mais atraentes para deixar as aulas estimulantes.

O processo do ensino aprendizagem precisa ser avaliado em todo tempo de forma quantitativa e qualitativamente para saber se os objetivos foram atingidos.

Para que o aluno melhore seu desenvolvimento como um todo, faz-se necessário que a visão que os mesmos possuem dos estudos mude, de modo que a aprendizagem se torne cativante e que estimule os mesmos a participarem da construção e mediação do conhecimento.

Despertar a motivação, a atenção e o interesse através de materiais diferenciados:

- Projetos com as datas comemorativas;
- Jogos educativos;
- Brincadeiras;
- Música e dança;

- Histórias.

Elogiar, encorajar e valorizar os alunos, Isto é o que leva os alunos a estarem preparados para o próximo ano letivo.

- **MÉDIO PRAZO**

Criar pontes com os conhecimentos prévios dos alunos e os conteúdos que serão trabalhados, estabelecer relações facilitando assim a aprendizagem, entre os conteúdos, ensinados e a realidade dos alunos. Propor desafios e questionamentos, Escutar e apoiar os alunos. Ser paciente.

Contar com o auxílio da tecnologia como ferramenta didática para o processo do ensino e aprendizagem.

Realizar reuniões com os pais abordando a importância da participação diária dos alunos durante o ano letivo. Conscientizar os pais a respeito do comportamento dos seus filhos. Trabalhar em nossos alunos o respeito ao próximo, a diversidade do indivíduo, a inclusão independente de qualquer ordem;

Adequar o estabelecimento de ensino, para trazer um ambiente mais harmonioso, aconchegante, utilizar os diferentes espaços da escola podendo ser explorados durante as atividades, como o pátio, a biblioteca e a sala de vídeo. Isso torna a rotina mais leve e o ambiente escolar mais produtivo, pois a escola é uma extensão de nossas casas;

Mudar a visão que os estudantes tem do estudo, fazer do aprendizado uma diversão, mostrar aplicação pratica dos estudos, acompanhar o desempenho dos alunos para melhorar.

- **LONGO PRAZO**

Participar de capacitações pedagógicas, para que possa aprimorar o desempenho enquanto profissional da educação. Trabalhar com novas estratégias para deixar as aulas mais atraentes e, conseqüentemente, melhorar o desempenho dos alunos.

Colocar em prática as decisões tomadas nos Conselhos de Classe afim da busca de uma melhoria na prática pedagógica e desenvolvimento do aluno.

O professor deve usar como ferramenta a avaliação do seu trabalho pedagógico, para que a aprendizagem significativa dos alunos possam ser

alcançadas. Avaliar o desempenho dos alunos, observando o que deve ser mais trabalhado, quais lacunas tem falhas, quais estratégias usar, onde o professor deve melhorar para que o processo de ensino aprendizagem possa de fato ser alcançado.

É preciso que todas e quaisquer metas estabelecidas e construídas de ensino sejam cumpridas para que aconteça de maneira eficaz o desenvolvimento em seus aspectos cognitivos, sociais, emocionais significativos.

7.2. APRIMORAR A REDE DE COMUNICAÇÃO E DE INFORMAÇÃO A TODA A COMUNIDADE ESCOLAR.

- Promover ações, que envolvam de modo mais efetivo a participação dos pais, não sendo apenas convites festivos, mas participativo do desenvolvimento escolar da criança.
- Reuniões coletivas para conscientizar aos pais da importância e do dever da família na vida dos alunos e sua participação dentro do espaço escolar;
- Utilizar a tecnologia como uma grande aliada no processo de ensino e aprendizagem. Por meio das redes sociais ou aplicativos de conversa. E com os avanços tecnológicos a comunicação entre escola e comunidade pode ser aprimorada, fazendo com que as ferramentas tecnológicas contribuam para uma troca e relação bem estabelecida.
- Criar um diálogo constantemente aberto e direto entre a comunidade e a escola, deixando de ver os pais só como opositores e fazendo com que eles se tornem parceiros de fato da escola, através do incentivo e da participação destes pais em reuniões, festas que ocorrem dentro do ambiente escolar.

7.3. REALIZAR UMA PRÁTICA EDUCATIVA FUNDAMENTADA NO DESENVOLVIMENTO DE VALORES NECESSÁRIOS À FORMAÇÃO HUMANA DOS SUJEITOS DO PROCESSO EDUCATIVA.

Trabalhar valores é de grande importância para o desenvolvimento do caráter e formação da identidade da criança, por isso projetos que

desenvolvem a autoestima das crianças, o respeito, generosidade e honestidade precisam ser desenvolvidos, onde equipe docente junto à comunidade precisam ser realizados, envolver a família trazendo palestras, eventos que estimulem também a conscientização da família que precisam desenvolver tais valores em casa.

Podemos trabalhar com projetos como:

- A importância da alimentação saudável;
- Higiene pessoal;
- O que tem na minha comunidade;
- Minha rotina na escola;
- Família em ação;

Tendo em vista uma melhor participação dos pais no âmbito escolar, deixando-os mais a par das situações da instituição da vida e rotina acadêmica do seu filho, oferecendo, palestras e delegando mais responsabilidades, tentando fazer com que eles entendam que eles são os protagonistas da vida dos seus filhos e a escola os auxilia nessa tarefa.

O trabalho com projetos surge da relação de escuta e observação das curiosidades das crianças, expressas nas relações estabelecidas com os diferentes atores da escola. “O projeto não pode ser confundido com um conjunto de atividades que o professor propõe para as crianças realizarem a partir de um tema dado. O projeto surge a partir de uma questão, de algo que desperta a curiosidade.” (CORSINO, 2012, p. 102).

7.4. ORGANIZA O TRABALHO PEDAGÓGICO E ADMINISTRATIVO DA ESCOLA, DE FORMA A ESTABELECEM-SE ROTINAS CLARAS PARA TODOS OS SEGMENTOS QUE COMPÕE A COMUNIDADE ESCOLAR.

- Elaborar novas propostas pedagógicas para melhorar sempre a prática escolar;
- Atualizar a Proposta Pedagógica do CMEI, sempre que necessário;
- Organizar o trabalho pedagógico, ser flexível, ser aberto a ouvir opiniões, ser democrático.

- Por meio de orientação constante, intervenção se necessário, participação ampla do professor;
- Cronograma de toda a organização escolar;
- Organizar reuniões com os professores para passar informações pedagógicas e importantes.
- Devemos considerar a participação da famílias e da comunidade, planejar escolher critérios, organizar de formas que as atividades lúdicas estejam articuladas as ações de cuidado na educação infantil;

7.5. QUALIFICAR A ORGANIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ESCOLAR E HUMANO.

Cabe aos gestores escolares envolver a comunidade escolar na tarefa de manutenção e conservação das escolas. O gestor escolar tem nas suas mãos dois documentos que podem ajudá-lo a fazer com que alunos, professores, pais e funcionários contribuam na preservação da escola, sendo eles: o projeto pedagógico e o regimento escolar.

O regimento escolar além de estabelecer normas pedagógicas, também deve estabelecer normas administrativas relacionadas à utilização do patrimônio e às responsabilidades de cada setor e de cada integrante da comunidade escolar.

7.6. AMPLIAR E QUALIFICAR O ACESSO E O DESENVOLVIMENTO NA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS NAS TAREFAS ORGANIZATIVAS DOCENTES E DISCENTES.

Utilizar tecnologia na educação infantil é indiscutivelmente necessário. Sabemos que as crianças têm uma relação cada vez mais próxima com os aparelhos tecnológicos. Por isso, é extremamente importante que a educação infantil trate desse assunto e trabalhe em sala de aula os benefícios que os recursos podem oferecer. Desta forma é necessário que os educadores busquem se aperfeiçoar em relação ao uso das novas tecnologias e busque introduzi-las dentro de suas aulas.

É importante que a tecnologia seja vista de fato como ferramenta pedagógica, mas o professor e aluno precisa ter acesso a essas tecnologias constantemente, seja para assistir vídeos, fazer leituras, conhecer ou observar figuras e imagens.

É necessário domínios básicos da tecnologia para que a mesma seja inserida como recurso pedagógico. Professores precisam se qualificar, gestores precisam apoiar e colaborar para que tais recursos possam ser utilizados de maneira eficaz.

7.7. DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA.

De acordo com a LDB (Lei n. 9.394/96), as instituições públicas que ofertam a Educação Básica devem ser administradas com base no princípio da Gestão Democrática.

A Gestão Democrática está baseada na coordenação de atitudes e ações que propõem a participação social, ou seja, a comunidade escolar (professores, alunos, pais, direção, equipe pedagógica e demais funcionários) é considerada sujeito ativo em todo o processo da gestão, participando de todas as decisões da escola. Assim, é imprescindível que cada um destes sujeitos tenha clareza e conhecimento de seu papel quanto participante da comunidade escolar.

8. REFERENCIAS

REFERÊNCIAS BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB nº 15/98. Brasília, 1998. _____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998. _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996. _____. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica – Brasília, 1999. ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. 1876.

ESTANISLAU, Gustavo M; BRESSAN, Rodrigo Affonseca (org.) Saúde Mental na Escola: O que os Educadores devem saber. Porto Alegre: Artmed, 2014.

FERREIRA, L.H. Os mecanismos de controle da organização capitalista contemporânea na gestão escolar pública paranaense (1995-2002). Curitiba: 2002.

Dia a Dia Educação, 2022. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1435>. Acesso em 15 maio 2022.

Seduca, 2019. Disponível em: <https://seduca.com.br/blog/5-estrategias-para-melhorar-o-desempenho-dos-alunos/> Acesso em 15 maio 2022.

Brasil Escola, 2022. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/> Acesso em 10 junho 2022.

Gestão Universitaria, 2019. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/educacao-especial-e-inclusiva-na-educacao-infantil-um-olhar-especial#:~:text=Estar%20em%20um,na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20infantil> Acesso em 19 maio 2022.

ANEXOS

ANEXO I PLANO DE AÇÃO ELEMENTOS ESPECÍFICOS							
DIMENSÃO	FRENTES DE ATUAÇÃO	OBJETIVO O que queremos alcançar?	META Qual resultado atingir?	PRAZO Em quanto tempo?	AÇÕES O que fazer para chegar onde queremos?	DETALHAMENTO DAS AÇÕES Como desenvolver essas ações?	RESPONSÁVEL Quem irá executar?
Redução de Reprovação	Alunos faltosos	Mostrar o quanto é importante vir à escola.	Eliminar em 100% as infrequências	2 meses	Conscientizar a família através de conversas com os mesmo e com a criança	Chamar a família para conversar	Direção/ coordenação
	Defasagem de aprendizado	Mostrar o quanto é prazeroso a aprendizagem	Alcançar 100% dos alunos	1 ano	Atividades de reforço	Enviar atividades complementares para casa	Coordenação/ professor
Redução de Abandono	Melhorar o contato com responsáveis	Promover o contato constante com a família	Alcançar 100% de contato	1 mês	Busca ativa	Fazer ligações Ficha FICA	Direção/ Coordenação
	Acompanhamento dos alunos	Mostrar a família e alunos que a escola é importante	0% de abandono escolar	1 mês	Comunicar o conselho tutelar, fazer a ficha FICA	Ligar para a família, fazer a ficha FICA	Direção/ Coordenação
Melhorias de Aprendizagem De leitura, Interpretação E escrita	Incentivo a leitura em todas as disciplinas	Criar pequenos leitores, porém futuros escritores	Atingir 100% dos alunos	Toda a Educação Infantil	Trabalhar com projetos de leitura. Fazer contação de história diariamente. Manuseio de livros	Através do projeto “Pequenos leitores, futuro escritores”. Da contação de história diária	Professor
	Interpretação de textos e imagens em todas as disciplinas	Criar alunos interpretativos	Atingir 100% dos alunos	Toda a Educação Infantil	Amostragem e manuseio de livros Fazer contação de história diariamente.	Da contação de história diária Amostragem e manuseio de livros	Professor

	Ações desenvolvidas em outros ambientes da escola	Promover o gosto pela leitura	Atingir 100% dos alunos	Toda a Educação Infantil	Amostragem e manuseio de livros Fazer contação de história diariamente.	Através do projeto “Pequenos leitores, futuro escritores”. Da contação de história diária	Professor
Melhoria de Aprendizagem De resolução De problemas	Interpretação de dados e informações para resolução de problemas	Criar alunos pensante, capaz de solucionar problemas simples.	Atingir 100% dos alunos	Toda a Educação Infantil	Trabalhar com jogos que estimulem o raciocínio lógico e múltipla escolha	Atividades de múltipla escolha Atividades de questionamentos	Professor
	Interpretação de dados em gráficos e tabelas	Promover o raciocínio lógico	Atingir 100% dos alunos	Toda a Educação Infantil	Fazer amostragem e pesquisas de dados	Através de informações obtidas no próprio cotidiano do aluno	Professor
	Cálculo e desenvolviment o de raciocínio lógico	Criar alunos pensante, capaz de solucionar problemas simples.	Atingir 100% dos alunos	Toda a Educação Infantil	Trabalhar com jogos que estimulem o raciocínio lógico Fazer amostragem e pesquisas de dados	Através de informações obtidas no próprio cotidiano do aluno Atividades de múltipla escolha Atividades de questionamentos	Professor

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE EMITIDA PELO CONSELHO ESCOLAR DAS INSTITUIÇÕES.

DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE Nº 01/2022 emitida pelo Conselho Escolar da
Instituição de Ensino: CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL “ PROFª VANDA
LUCIA APARECIDA ALVES FIGUEIREDO ”.

ASSUNTO: Declaração de Legalidade referente ao Projeto Político Pedagógico e ao
Regimento Escolar

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL “PROFª VANDA LUCIA
APARECIDA ALVES FIGUEIREDO” apresenta o Projeto Político- Pedagógico/Regimento
Escolar elaborado pela Comunidade Escolar e aprovado pelo seu Conselho Escolar.

O Conselho Escolar emite a presente Declaração que resulta da verificação da
legalidade do Projeto Político-Pedagógico/Regimento Escolar da referida Instituição.

O presente Projeto Político-Pedagógico/Regimento Escolar atende os dispositivos
da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, da Deliberação nº
02/2018-CP/CEE/PR, da Deliberação 03/2018-CP/CEE/PR que versa sobre o Referencial
Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, bem como o pedido através da
Instrução Normativa nº 03/2022

É o que tinha a declarar

Ibiporã 29 / 06 /2022
(Local) (Data)

Assinatura e carimbo
(Presidente do Conselho Escolar da Instituição)

ANEXO III

1. Identificação

NRE	LONDRINA
Município	IBIPÓRÃ
Instituição	Centro Municipal de Educação Infantil “PROFª VANDA LUCIA APARECIDA ALVES FIGUEIREDO”
Especificidade	() campo (x) urbana

Marque com um **X** nos campos “sim” ou “não”, conforme o que a instituição oferta.

	SIM	NÃO
Educação Infantil	x	
EF Anos Iniciais (1º ao 5º ano)		x
EF Anos Iniciais (1º ao 5º ano) em Tempo Integral		x
Ed. Especial		x
EJA		x

Etapas	Organização (ano ou ciclo)	Avaliação (bimestral, trimestral ou semestral)	Organização curricular (por disciplina ou área do conhecimento)
Educação Infantil	ANO	SEMESTRAL	ÁREA DE CONHECIMENTO
EF Anos Iniciais (1º ao 5º ano)	x	x	x
EF Anos Iniciais (1º ao 5º ano) em Tempo Integral	x	x	x
Educação Especial	x	x	x
EJA	x	x	x

2. Elementos Situacionais (diagnóstico)

Marque com um **X** nos campos “sim” ou “não” em relação aos itens que constam no **PPP**

	SIM	NÃO
A caracterização da escola	x	
O histórico da instituição	x	
A organização dos tempos, espaços e a gestão de sala de aula	x	
Descrição da população que frequenta a escola e da comunidade em que está inserida	x	
Indicadores educacionais observados nas avaliações externas (IDEB/SAEP/SAEB/Prova Paraná)		x
Dados do rendimento escolar de 2022		x
O mapa de frequência de 2022		x

3. Elementos conceituais

Marque com um **X** nos campos “sim” ou “não” em relação aos itens que constam no **PPP**.

	SIM	NÃO
Sujeito	X	
Sociedade	X	
Educação	X	
Processo ensino-aprendizagem	X	
Avaliação da aprendizagem	X	
Premissas da escola (item 2.2)	X	

4. Elementos Operacionais

Plano de ação

Marque com um **X** nos campos “sim” ou “não” em relação aos itens que constam no PLANO DE AÇÃO.

	SIM	NÃO
4.1.1 Elementos Específicos e detalhamento das ações:		
Objetivos	X	
Metas/prazo	X	
Responsáveis	X	
4.1.2 Elementos Comuns (exemplos):		
Acompanhamento da hora-atividade		X
Articulação/comunicação e engajamento com as famílias e comunidade	X	
Organização do atendimento especializado para os estudantes com deficiências e altas habilidades		X
Organização do conselho de classe (antes, durante e depois);		X
Avaliação e recuperação de estudos	X	
Processos de classificação e reclassificação		X
Estágio obrigatório e não obrigatório conforme Lei Federal 11788/08, Decreto Estadual nº 8654/2010, Instrução Normativa nº 28/2010 SUED/SEED.		X

Proposta Pedagógica Curricular

Marque com um **X** nos campos “sim” ou “não” para os itens presentes na organização curricular da **Educação Infantil**, caso oferte essa etapa da Educação Básica.

	SIM	NÃO
Quadro organizador conforme Referencial Curricular do Paraná. (Campo de Experiência, Saberes e Conhecimento, Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento), correspondentes às idades das Crianças e BNCC.	X	
Estratégias de Ensino (Interações e Brincadeiras)	X	
Avaliação	X	
Referências	X	
Transição da Educação Infantil para o Ensino fundamental	X	

Marque com um **X** nos campos **sim** ou **não** para os itens presentes em cada um dos Componentes Curriculares do **Ensino Fundamental**:

	SIM	NÃO
Quadro organizador conforme Referencial Curricular do Paraná e BNCC		X
Estratégias de ensino		X
Avaliação		X
Referências		X
Transição do 5º para o 6º ano		X

Marque com um **X** nos campos **sim** ou **não** para os itens presentes em cada um dos itens abaixo:

	SIM	NÃO
Apresentação do regimento Escolar	X	
Declaração de Legalidade emitida pelo Conselho Escolar das Instituição (Anexo III)	X	

ANEXO IV

PARECER DE LEGALIDADE EMITIDO PELO C.M.E - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IBIPORÃ - PR

PARECER Nº ____/____ - CME

ASSUNTO: Parecer de Legalidade do Projeto Político Pedagógico e do Regimento Escolar

Centro Municipal de Educação Infantil “PROF^a VANDA LUCIA APARECIDA ALVES FIGUEIREDO” apresenta o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar elaborado pela Comunidade Escolar e aprovado pelo seu Conselho Escolar.

O Conselho Municipal de Educação de Ibiporã emite o presente Parecer que resulta da verificação da Declaração de Legalidade emitida pelo Conselho Escolar da referida Instituição, situada no município de Ibiporã-PR e mantida pela Secretaria Municipal de Educação.

O presente Projeto Político-Pedagógico/ Regimento Escolar atende os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, da Deliberação nº 02/2018-CP/CEE/PR, da Deliberação 03/2018-CP/CEE/PR que versa sobre o Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, bem como o pedido através da Instrução Normativa nº 03/2022.

Este é o parecer.

Ibiporã / / 2022
(Local) (Data)

Conselho Municipal de Educação de Ibiporã-Pr

Assinatura e carimbo
Presidente do Conselho Municipal de Educação

ANEXO V

ATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E DO REGIMENTO ESCOLAR EMITIDO PELA MANTENEDORA - CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA MUNICIPAL Nº 03/2022

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº ____/____

Secretaria Municipal de Educação

A Secretaria Municipal de Educação, mantenedor (a) do(a) Centro Municipal de Educação Infantil “PROF^a VANDA LUCIA APARECIDA ALVES FIGUEIREDO”, no uso das atribuições legais conferidas através da Instrução Normativa nº 03/2022 e Parecer de Legalidade nº _____.

HOMOLOGA

Art. 1º - O Projeto Político-Pedagógico/Regimento Escolar do Centro Municipal de Educação Infantil “PROF^a VANDA LUCIA APARECIDA ALVES FIGUEIREDO” do município de Ibiporã, com a oferta de: EDUCAÇÃO INFANTIL PERÍODO INTEGRAL

Art. 2º - O Projeto Político-Pedagógico/Regimento Escolar homologado por este Ato de Homologação entra em vigor a partir do início do ano/período letivo de 2022, ficando revogado o Ato de Homologação nº ____ e disposições em contrário.

Ibiporã / / 2022
(Local) (Data)

Antonio Prata Neto
Secretário Municipal de Educação